

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
RELATÓRIO DO LIQUIDANTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Contexto operacional

A Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como quotista ou acionista.

A sede da Companhia está localizada na Rua da Assembleia, nº 10, 37ª andar, sala 3701 (parte), Centro, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

A atividade preponderante da Companhia era a participação direta como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017 foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”). Diante disso, em 30 de novembro de 2017 foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia.

Com a alienação acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de dezembro de 2018, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76.

No mesmo ato, foi deliberado por unanimidade a dissolução do Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal que permanecerá em funcionamento durante todo o período de liquidação. Foi deliberado ainda, a nomeação de Carlos Eduardo Reich de Sampaio como liquidante da Companhia.

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais em processo de restituição na Receita Federal, conseqüentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos.

Aspectos econômicos e financeiros

1 – Quadro geral dos credores

Em 31 de dezembro de 2018 a relação de credores da Companhia se dá conforme abaixo:

QUADRO GERAL DE CREDITORES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	Valores a pagar em R\$
Créditos fiscais	12.593
Créditos quirografários	38.072
Total a pagar	50.664

CRÉDITOS FISCAIS			
Natureza do tributo	Competência	Vencimento	Valores a pagar em R\$
IRRF a recolher	31/12/2018	18/01/2019	469
CSRF a recolher	31/12/2018	18/01/2019	1.454
PIS a recolher	31/12/2018	25/01/2019	1.513
COFINS a recolher	31/12/2018	25/01/2019	9.156
Total a pagar			12.593

CRÉDITOS QUIROGRAFÁRIOS			
Fornecedores de serviços	Competência	Vencimento	Valores a pagar em R\$
24º Ofício de Notas	31/12/2018	02/01/2019	31
Serfranq Serviços de Franquia Ltda	31/12/2018	09/01/2019	43
NIC.BR Núcleo de Inform. e Coord. de Ponto BR	31/12/2018	07/01/2019	40
CVM Comissão de Valores Mobiliários	31/12/2018	10/01/2019	9.519
ITAUCOR Itaú Corretora de Valores S.A.	31/12/2018	31/01/2019	1.314
Eximia Capital Partners Ltda	31/12/2018	10/01/2019	26.824
MPC Rodrigues Despachante	31/12/2018	08/01/2019	300
Total a pagar			38.072

2 – Resultado do exercício

Em Reais mil	2018	2017	Varição
Patrimônio líquido	64.677	64.830	-0,24%
Resultado financeiro líquido	2.774	3.384	-18,03%
Despesas administrativas	(576)	(662)	-12,99%
Lucro líquido	2.097	8.425	-75,11%

O resultado da Companhia é composto, basicamente, pelo rendimento de aplicações financeiras e atualização de juros SELIC sobre o saldo de impostos a recuperar, deduzido das despesas necessárias ao processo de liquidação, tais como gastos com assessores, advogados e demais serviços prestados por terceiros.

A variação de 75,11% no lucro líquido da Companhia, quando comparado ao apurado no exercício de 2017, foi decorrente, basicamente, do resultado da alienação do investimento em CPFL no montante total de R\$ 4.245.

3 – Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que os nossos auditores independentes, BDO RCS Auditores Independentes, não prestaram quaisquer outros serviços não-relacionados à auditoria externa da Bonaire.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019

Carlos Eduardo Reich de Sampaio
Liquidante nomeado da Companhia

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. - EM LIQUIDAÇÃO
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação (“Companhia”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bonaire Participações S.A. - Em Liquidação**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 1 e 2.2 às demonstrações contábeis, a Administração da Companhia decidiu pelo processo de liquidação e encerramento de suas operações, nos termos do artigo 206, I, C, da Lei nº 6.404/76, aprovada por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, ocorrida em 27 de dezembro de 2018. A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais a serem restituídos pela Receita Federal do Brasil - RFB mencionado na Nota Explicativa Nº 5.1. Consequentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função desse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos descritos na seção “Descontinuidade operacional e dissolução da Companhia” determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Realização dos impostos a recuperar - Imposto de Renda e Contribuição Social

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5.1 às demonstrações contábeis, a Companhia possui tributos compensáveis que são compostos, principalmente, por imposto de renda retido na fonte incidente sobre aplicações financeiras e antecipações de imposto de renda e contribuição social nos montantes de R\$ 53.110 mil e R\$ 4.911 mil, respectivamente. A Companhia envia regularmente à Receita Federal do Brasil - RFB requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2018, o montante pleiteado corresponde a R\$ 57.639 mil. Por ser o maior ativo da Companhia, bem como pelo julgamento da Administração acerca da realização desses créditos, consideramos este item como um principal assunto de auditoria.

Como o escopo de nossa auditoria respondeu ao assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados a esses créditos tributários. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, testes sobre o confronto entre obrigação acessória que formaliza o crédito para autoridade tributária e o controle gerencial que suporta o número contábil, realizamos a atualização monetária do respectivo ativo com a taxa Selic. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com base nos resultados dos procedimentos executados e nas evidências obtidas, consideramos que a recuperação e divulgação dos referidos créditos tributários são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto



Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

O Liquidante da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório do Liquidante.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório do liquidante e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório do Liquidante e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório do liquidante somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

O Liquidante é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, o Liquidante da Companhia levou em consideração a decisão da Assembléia Geral Extraordinária - AGE de 27 de dezembro de 2018, que determina a liquidação da Companhia, e dessa forma, proceder aos registros contábeis aplicáveis às circunstâncias.

O Liquidante da Companhia é aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Liquidante;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pelo Liquidante, da base contábil de liquidação da Companhia e, com base na decisão dos acionistas em AGE de 27 de dezembro de 2018;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com o Liquidante a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o Liquidante, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/O-6 - S - RJ

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
BALANÇO PATRIMONIAL
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	(4)	6.178	13.366
Outros		-	5
Total do circulante		6.178	13.371
Não circulante			
Tributos a recuperar	(5.1)	58.031	61.239
Depósitos judiciais		620	-
Total do não circulante		58.651	61.239
TOTAL DO ATIVO		64.829	74.610
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		38	35
Tributos e contribuições sociais	(7)	13	5.568
Dividendos e juros sobre capital próprio	(8.2)	-	4.177
Outras provisões		101	-
Total do Circulante		152	9.780
Patrimônio líquido			
	(8)		
Capital social		42.745	42.745
Reserva de capital		9.287	9.287
Reservas de lucros		12.645	12.798
Total do patrimônio líquido		64.677	64.830
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		64.829	74.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Nota		
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas	(10)	(576)	(662)
Resultado de alienação do investimento	(6)	-	3.011
Ajuste a valor justo de investimento	(6)	-	1.234
Outras provisões		(101)	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas de impostos		(677)	3.583
Receita financeira		2.774	4.431
Despesa financeira		-	(1.047)
Resultado financeiro líquido	(11)	2.774	3.384
Resultado antes dos impostos		2.097	6.967
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(5.2)	-	(930)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(5.2)	-	2.388
Lucro líquido do exercício		2.097	8.425
Lucro líquido básico por ação (em R\$)	(9)	0,03143	0,12626
Lucro líquido Diluído por ação (em R\$)		0,03143	0,12626

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	2.097	8.425
Outros resultados abrangentes:		
Ativos disponíveis para venda, líquido de impostos	-	(757)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>2.097</u>	<u>7.668</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>Reserva de Lucros</u>							Patrimônio líquido
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Dividendos Adicionais propostos	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	42.745	9.287	8.550	-	13.648	757	-	74.987
Ganhos ref. ativo financeiro, classificado como disponível para venda						(757)		(757)
Aprovação de proposta de dividendos adicionais					(13.648)			(13.648)
Lucro líquido do exercício							8.425	8.425
Destinação do resultado do exercício:								
Juros sobre capital próprio deliberados							(4.177)	(4.177)
Retenção de lucros				4.248			(4.248)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	42.745	9.287	8.550	4.248	-	-	-	64.830
Lucro líquido do exercício							2.097	2.097
Destinação do resultado do exercício:								
Juros sobre capital próprio deliberados				(153)			(2.097)	(2.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	42.745	9.287	8.550	4.095	-	-	-	64.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	2.097	6.967
Ajustes para:		
Variações monetárias	(2.321)	(3.006)
Despesa com tributos	136	204
Ajuste a valor justo do investimento	-	(1.234)
Resultado de alienação de investimento	-	(3.011)
Outras provisões	101	-
	<u>13</u>	<u>(80)</u>
Aumento (redução) de Ativos e Passivos		
Depósitos judiciais	(590)	-
Impostos retidos na fonte	(78)	(19)
Tributos pagos	(111)	-
Contas a pagar e outros	5	(5)
	<u>(774)</u>	<u>(24)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	(761)	(104)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos e juros sobre capital próprio deliberados	-	(272)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	-	272
Alienação do investimento	-	34.595
	<u>-</u>	<u>34.595</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(6.427)	(23.532)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamento	(6.427)	(23.532)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa	(7.188)	10.959
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.366	2.407
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.178	13.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
 (valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(576)	(662)
Valor adicionado bruto	<u>(576)</u>	<u>(662)</u>
Retenções	-	-
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	<u>(576)</u>	<u>(662)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	2.910	3.588
Ajuste a valor justo do investimento	-	1.234
Alienação de investimento	-	3.011
Outras provisões	(101)	-
	<u>2.809</u>	<u>7.833</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>2.333</u>	<u>7.171</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>2.333</u>	<u>7.171</u>
Impostos, taxas e contribuições	136	(1.254)
Remuneração de capitais próprios	2.097	8.425
Dividendos e juros sobre o capital próprio	2.097	4.177
Lucros retidos	-	4.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Bonaire” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 29 de agosto de 1997, que tem por objeto a participação como acionista da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, de forma direta ou indireta, bem como em empresas em que os acionistas diretos ou indiretos da CPFL venham a participar como cotista ou acionista.

A sede da Companhia está localizada na Rua da Assembleia, nº 10, 37ª andar, sala 3701 (parte), Centro, na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

A atividade preponderante da Companhia era a participação direta como acionista da *holding* CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”), que através de suas subsidiárias: (i) distribui energia elétrica para consumidores em suas áreas de concessão, (ii) gera energia elétrica e está desenvolvendo projetos de geração e (iii) comercializa energia elétrica e fornece serviços de valor agregado relacionados ao setor elétrico.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017 foi deliberada a adesão à Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”). Diante disso, em 30 de novembro de 2017 foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia, conforme descrito na nota explicativa 6.

Dissolução da Companhia

Com a alienação dos investimentos acima mencionada, a Bonaire deixou de ter participação em outras sociedades, ficando a cargo de sua Administração analisar e decidir sobre sua continuidade. Desse modo, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 27 de dezembro de 2018, a dissolução da Companhia e início do processo de liquidação, nos termos do artigo 206, I, c, da Lei nº 6.404/76.

No mesmo ato, foi deliberado por unanimidade a dissolução do Conselho de Administração e a instalação do Conselho Fiscal que permanecerá em funcionamento durante todo o período de liquidação. Foi deliberado ainda, a nomeação de Carlos Eduardo Reich de Sampaio como liquidante da Companhia.

A Companhia é parte envolvida em processos de natureza tributária e possui créditos fiscais em processo de restituição na Receita Federal, conseqüentemente, a sua extinção está condicionada à conclusão de tais processos.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em função do encerramento de suas atividades, as demonstrações contábeis contemplam ajustes e provisões requeridas para empresas que não estejam em continuidade operacional. Neste

contexto, a Companhia preparou suas demonstrações contábeis em uma base consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no entanto no pressuposto da não continuidade das operações.

Com parecer favorável do Conselho Fiscal, a emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Liquidante da Companhia em 14 de março de 2019.

2.2 Base de mensuração

Considerando que as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da não continuidade das operações, quando aplicável, os ativos foram ajustados a seus valores recuperáveis, assim como, foram reconhecidos todos os passivos de obrigações contratuais gerados pelo encerramento das operações.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia faça julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, avaliações de riscos em contingências, provisões para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Desta forma, a Companhia revisa as estimativas e as premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e são aplicados de maneira prospectiva.

2.5 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros:

Os ativos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- Ativos financeiros ao custo amortizado: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

Os ativos financeiros da Companhia anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis de acordo com o CPC 38 / IAS 39, passaram a ser classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme os preceitos do CPC 48/ IFRS 9. A classificação de ativos financeiros depende da finalidade para a qual tais ativos foram adquiridos. A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

O principal ativo financeiro que a Companhia tem classificado nesta categoria é o caixa e equivalente de caixa.

- Passivos financeiros:

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não possui passivos financeiros relevantes.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social:

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.2 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão classificadas como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e, portanto, estão registradas ao valor nominal, acrescidos dos rendimentos “*pro-rata temporis*” até a data do encerramento do exercício.

3.4 Impostos e contribuições a recuperar

São demonstrados pelos valores originais, atualizados monetariamente de acordo com as disposições legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

3.5 Outros ativos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores de custo e, quando aplicável, incluídos os rendimentos e reduzidos aos valores de realização.

3.6 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.7 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social.

De acordo com as práticas contábeis, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações contábeis após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de “Dividendo adicional proposto”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber /compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes do exercício são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no ajuste de avaliação patrimonial que já são reconhecidos líquidos destes efeitos fiscais.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quanto aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.10 Reconhecimento das receitas

A receita é reconhecida pela Companhia na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A principal receita que a Companhia fez jus está discriminada a seguir:

Receitas financeiras - Abrange receitas incidentes em juros auferidos sobre aplicações financeiras e atualizações monetárias incidentes sobre impostos a recuperar.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

3.12 Novas normas e interpretações adotadas

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9 Financial instruments / CPC 48 Instrumentos financeiros - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement.

Estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em duas categorias: (i) mensurado no reconhecimento inicial pelo valor justo; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles estão detidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39/CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado

A adoção foi requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas demonstrações contábeis da Companhia.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers / CPC 47 Receita de contrato com cliente - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas.

A adoção foi requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e não houve nenhum impacto na adoção deste pronunciamento nas demonstrações contábeis da Companhia, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

3.13 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e conseqüentemente a Companhia não as adotou, seguem abaixo:

IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas.

A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não espera nenhum impacto na adoção deste pronunciamento, uma vez que não possui transações da natureza a que ele se refere.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	6.178	13.366
	<u>6.178</u>	<u>13.366</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que se aproximam do seu valor de mercado.

As aplicações financeiras referem-se à aplicação no fundo de investimento de curto prazo, Bradesco FIC FI referenciado DI Especial, administrado pelo Banco Bradesco S.A. e cuja política de investimento consiste na aplicação de recursos em operações de renda fixa no curto prazo, com o objetivo de acompanhar a média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A rentabilidade acumulada em 2018 foi 5,99% (9,90% acumulada no ano de 2017).

Estas aplicações possuem característica de atender compromissos de curto prazo, são imediatamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança no valor.

5 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

5.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2018	2017
Não circulante		
Imposto de renda antecipado	53.110	54.784
Contribuição social antecipado	4.911	6.427
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10	28
	<u>58.031</u>	<u>61.239</u>

Refere-se ao imposto de renda retido na fonte incidente no resgate de aplicações financeiras e às antecipações de imposto de renda e contribuição social.

A Companhia envia regularmente à Receita Federal requerimentos via Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), solicitando as restituições dos créditos de imposto de renda e de contribuição social pagos a maior e não utilizados para a compensação dos tributos correntes. Em 31 de dezembro de 2018, o montante pleiteado corresponde a R\$ 57.639.

5.2 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Legislação	25%	9%	25%	9%
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	2.097	2.097	6.967	6.967
IRPJ e CSLL - Alíquota Nominal	(550)	(198)	(1.718)	(627)
Dividendos	-	-	68	25
Benefício dos Juros sobre Capital Próprio	562	202	1.044	376
Outros Resultados Abrangentes Reflexos	-	-	(72)	(26)
Outras provisões	(25)	(9)	-	-
Crédito fiscal utilizado (não constituído)	(12)	(4)	1.756	632
Subtotal	-	-	1.078	380
Alíquota do imposto de renda e contribuição social - Em relação ao lucro	-	-	(15,48)%	(5,45)%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	677	253
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(1.756)	(632)

A Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 14.112 (34% de R\$ 41.505) em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 14.096 (34% de R\$ 41.458) em 31 de dezembro de 2017 – ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

No exercício de 2018, houve a constituição créditos tributários no valor de R\$ 16, que corresponde a 34% sobre o saldo de prejuízo de R\$ 47. Em 2017 foram utilizados R\$ 2.388, que corresponde a 34% sobre R\$ 7.023, para compensação nas apurações fiscais de IRPJ e CSLL.

6 INVESTIMENTO

Alienação do investimento em CPFL Energia

A Companhia detinha 1.259.386 ações da CPFL Energia correspondente à participação societária de 0,1237% no capital da investida. Tal participação estava classificada como ativo financeiro disponível para venda, com seus eventuais ganhos e perdas, provenientes de ajustes ao valor justo, registrados no patrimônio líquido, onde permaneceram até a efetiva realização, seguindo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 “Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”.

Em decorrência da alienação do controle da CPFL Energia, nos termos do artigo 254-A da Lei 6.404/76, foi divulgado ao mercado, em 31 de outubro de 2017, o Edital de Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da CPFL Energia (“OPA”).

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 24 de novembro de 2017, foi aprovada a adesão à OPA da CPFL Energia. Como consequência, no leilão da OPA, realizado em 30 de

novembro de 2017, foi alienada a totalidade de ações da CPFL Energia detidas pela Companhia, ao preço por ação ordinária de R\$ 27,69, no montante de R\$ 34.595.

O ganho de capital da OPA em relação ao valor justo do investimento está demonstrado conforme segue:

Quantidade de ações CPFE3L detidas pela Bonaire	1.249.386
PU OPA (em R\$)	27,69
Valor de venda	34.595
Valor justo do investimento	<u>31.584</u>
Ganho de capital da OPA	<u>3.011</u>

Com a alienação das ações, os valores reconhecidos no patrimônio líquido relativos ao ajuste a valor justo do investimento foram transferidos para o resultado da Companhia em 2017, de modo a compor o ganho de capital da operação em conjunto com o ajuste a valor justo do reconhecimento inicial do ativo classificado como disponível para venda, apurado no resultado do exercício de 2016.

Reconhecimento do AVJ do investimento

Investimento em 31/12/2016	9.746
AVJ inicial do investimento em 19/09/2016 (R\$ 24,16 por ação) no resultado	<u>20.603</u>
AVJ do investimento de em 2016 (R\$ 25,21 por ação) no PL	1.147
AVJ do investimento em 2017 (R\$ 25,28 por ação) no PL	<u>87</u>
Total do AVJ reconhecido no PL	1.234
Investimento em CPFL energia a valor justo em 29/11/2017	31.584
Alienação do investimento	<u>(31.584)</u>
	<u>-</u>

7 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IRPJ e CSLL	-	5.548
PIS e COFINS	11	16
Tributos retidos s/ serviços tomados	<u>2</u>	<u>4</u>
	<u>13</u>	<u>5.568</u>

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Bonaire é de R\$ 42.745 e está representado por 66.728.878 ações ordinárias escriturais sem valor nominal. A participação acionária está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de Ações (ON)	Participações %
Energia SP FIM	66.728.877	99,99
Demais acionistas	1	0,01
	<u>66.728.878</u>	<u>100,00</u>

O acionista Energia São Paulo Fundo de Investimento Multimercado é controlado por seus cotistas, nas seguintes proporções:

Cotistas	%
Fundação CESP (FIA Energia 114)	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	32,23
Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social – SABESPREV	0,60
	<u>100,00%</u>

8.2 Distribuição de Resultados

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos aos acionistas calculados em 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo dos dividendos, bem como as antecipações efetuadas e o valor proposto relativo aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	2.097	8.425
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	524	2.106
JCP deliberados em RCA imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios	(2.097)	(4.177)
Constituição de Reserva de Lucros a realizar	-	(4.248)
Total de proventos distribuído	<u>(2.097)</u>	<u>(4.177)</u>
Percentual da distribuição proposta em relação ao lucro líquido do exercício	100,00%	49,58%

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2018, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2018 e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 340, correspondente ao valor R\$ 0,005095245 por ação do capital social.

Na Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2018, foi deliberada a distribuição de juros sobre capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2018 e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 1.757, correspondente ao valor R\$ 0,028623290 por ação do capital social.

8.3 Reserva de Lucros

a) Reserva Legal

A reserva legal é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do Lucro Líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta reserva é de R\$ 8.550. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício de 2018 e 2017 por ter atingido o limite legal de 20% do capital social.

b) Reserva de lucros a realizar

Foi constituída em função de lucros existentes economicamente, mas não disponíveis financeiramente. Essa reserva, no montante de R\$ 4.095, poderá ser incorporada ao capital social ou distribuída como dividendos na medida em que os lucros forem realizados ou tornarem-se financeiramente disponíveis.

c) Dividendos adicionais propostos

De acordo com as práticas contábeis, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em Assembleia Geral Ordinária, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não destinou dividendos adicionais propostos.

Ressalta-se que no exercício de 2018 foi deliberado em Reunião do Conselho de Administração o montante total de R\$ 2.097 a título de juros sobre o capital próprio referente à antecipação do resultado do exercício de 2018 (R\$ 4.177 em 2017) e imputáveis aos dividendos mínimos obrigatórios, montante esse que supera o limite de remuneração mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e conforme disposto no artigo 31 do estatuto social da Companhia.

9 LUCRO POR AÇÃO

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

10 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Serviços (consultoria, infraestrutura e outros)	(410)	(473)
Propaganda e publicidade	(47)	(66)
Associações e entidades de classe	(107)	(107)
Outras	(12)	(16)
	(576)	(662)

11 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia provém basicamente de remunerações de aplicações financeiras em fundo de investimento de curto prazo e atualização monetária de impostos a recuperar cujo saldo incide taxa SELIC. Além disso, a Companhia reconhece mensalmente a variação monetária passiva de CDI sobre o montante de dividendos a pagar.

	2018	2017
Renda de aplicações financeiras	589	339
Variação monetária ativa s/ tributos a compensar	2.321	4.053
Dividendos recebidos	-	272
PIS e COFINS sobre receita financeira	(136)	(204)
IOF incidentes sobre aplicações financeiras	-	(29)
Variação monetária passiva s/ dividendos a pagar	-	(1.047)
	2.774	3.384

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados dos ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a) Ativos financeiros

Referem-se à caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Natureza	Categoria	Nível (*)	2018		2017	
			Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Ativo financeiro ao custo amortizado	Nível 1	6.178	6.178	13.366	13.366

Quanto à valorização dos Instrumentos Financeiros, o CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são: (i) Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; (ii) Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços) e, (iii) Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a natureza das operações da Companhia.

c) Risco de taxa de juros

O resultado financeiro da Companhia está suscetível a variações decorrentes das operações com aplicações financeiras indexadas ao CDI. Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em resultado financeiro menor por conta de flutuações nas taxas de juros, que reduzem as receitas financeiras relativas a estas aplicações.

d) Risco de taxa de câmbio

A Companhia não está suscetível a este risco, uma vez que não possui operações atreladas a moeda estrangeira.

e) Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/08, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa de juros, conforme demonstrado:

Supondo: (i) que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2018 seja mantido, e (ii) que o CDI anual acumulado nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneça estável (CDI: 6,40% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações contábeis para os próximos 12 meses seria uma receita financeira de R\$ 395. Caso ocorram oscilações no CDI de acordo com os três cenários definidos, o valor da receita financeira líquida seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário 1 (*)	Redução do índice em 25% (**)	Redução do índice em 50% (**)
Instrumentos financeiros ativos	6.178	baixa do CDI	9	(92)	(193)
Total de redução da receita financeira			9	(92)	(193)

(*) Para a análise de sensibilidade do cenário 1 foi considerado o CDI de 6,55% conforme informações disponibilizadas pelo mercado e comparadas com o CDI acumulado dos últimos 12 meses.

(**) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de redução dos índices foram aplicados sobre os índices do cenário 1.

13 PARTES RELACIONADAS E REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia é controlada pelo fundo Energia São Paulo FIM, que por sua vez é controlado pelos seguintes cotistas: (a) Fundação CESP (FIA Energia 114), (b) Fundação SISTEL de Seguridade Social, (c) Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, e (d) Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV.

A Companhia não realizou qualquer pagamento ao pessoal-chave da Administração, assim como não há remuneração baseada em ações da própria Companhia ou incentivos de longo prazo.

14 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2018 esgotou-se o prazo de duração do fundo Energia São Paulo FIM, conforme definido em seu regulamento, tendo a sua liquidação ocorrido em 7 de janeiro de 2019 mediante a transferência das ações de emissão da Bonaire para os seus cotistas na mesma proporção de participação no referido fundo.

Desse modo, a participação acionária da Bonaire passa a ser assim distribuída:

Acionistas	Qtde ações ON	Participações %
Fundação CESP (FIA Energia 114)	29.618.531	44,39
Fundação SISTEL de Seguridade Social	21.508.131	32,23
Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS	15.198.071	22,78
Fundação SABESP de Seguridade Social - SABESPREV	404.144	0,60
Demais acionistas	1	-
	<hr/> 66.728.878	<hr/> 100%

* * *

Carlos Eduardo Reich de Sampaio – Liquidante nomeado da Companhia
Flávio Freitas Thomaz Pereira – Contador CRC RJ 081603/O-0

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DECLARAÇÃO DO LIQUIDANTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019

Pela presente, em atenção ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaro que, na qualidade de Liquidante da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Companhia”), revisei, discuti e concordo com as informações contidas nas demonstrações contábeis da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Reich de Sampaio
Liquidante nomeado da Companhia

BONAIRE PARTICIPAÇÕES S.A. – EM LIQUIDAÇÃO
DECLARAÇÃO DO LIQUIDANTE SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Rio de Janeiro, 15 de março de 2019

Pela presente, em atenção ao disposto no art. 25, inciso V da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, declaro que, na qualidade de Liquidante da Bonaire Participações S.A. – Em Liquidação (“Companhia”), revisei, discuti e concordo com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, relativo às demonstrações contábeis da Companhia, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Reich de Sampaio
Liquidante nomeado da Companhia